

PROJETO
DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS
ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA BAHIA

Subprojeto I
Desenvolvimento de metodologia de implementação, assessoria e
formação de conselheiros de centros estaduais e
territoriais de educação profissional

Produto 02
**Assessoria na Implantação dos Conselhos dos Centros Estaduais
e Territoriais de Educação Profissional da Bahia**

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

Convênio 524/2008 Secretaria da Educação / SUPROF – DIEESE

2012


DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Governo do estado da Bahia

Governador

Jaques Wagner

Vice – governador

Otto Roberto Mendonça de Alencar

Secretário da Educação

Oswaldo Barreto Filho

Subsecretário

Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete

Paulo Pontes da Silva

Superintendente de Educação Profissional

Antonio Almerico Biondi Lima

Equipe Técnica

Carlos Alberto Menezes

Cristina Kavalkievicz

Maria da Gloria Vieira Lima Franco e Passos

Maria Renilda Daltro Moura

Marlene Virgens Pimentel

Martha Maria Rocha Ramos dos Santos

Neivia Maria Matos Lima

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

6ª Avenida, nº 600, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA - CEP 41.745-000

Tels.: (71) 3115-1401 - (71) 3115-9094 - www.educacao.ba.gov.br

Superintendência de Educação Profissional – SUPROF

Tel.: (71) 3115-9018 - suprof@secba.gov.br

DIEESE**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Direção Sindical Executiva**Zenaide Honório – Presidenta**

Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Antônio de Sousa – Secretário

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Edson Antônio dos Anjos – Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Neiva Maria Ribeiro dos Santos - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

José Bittencourt Barreto Filho - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos Souza - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de São Paulo

Luís Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Fed. dos Trab. em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo

Maria das Graças de Oliveira - Diretor Executivo

Sind. dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Escritório Regional - BA

Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador - BA - CEP 40055-010

Tel.: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Direção Sindical**Mauricio Jansen Klajman – Coordenador**

ST no Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia

Elder Fontes Perez – Secretário

Sindicato dos Bancários da Bahia

Antonio Claudio dos Santos Silva – Diretor

Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia

Edmilson Rosa de Almeida – Diretor

FTI Alimentos e Afins do Estado da Bahia

Grigório Mauricio dos Santos Rocha – Diretor

ST em Água e Esgoto da Bahia

Natan Batista dos Santos – Diretor

STI Metalúrgicos do Estado da Bahia

Paulo Roberto Silva dos Santos – Diretor

STI Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagens, Montagem e Manutenção Industrial da Bahia

Supervisão técnica

Ana Georgina Dias

Ficha Técnica do Convênio SEC/SUPROF/DIEESE**Coordenação**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Ana Georgina da Silva Dias – Supervisora Técnica do ER/Bahia

Patrícia Lino Costa – Supervisora Técnica de Projetos

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Lavínia Maria de Moura Ferreira - Coordenadora do Projeto e do Subprojeto III

Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora do Subprojeto I

Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador do Subprojeto II

Financiamento

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	6
II. INTRODUÇÃO	7
III. A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES	10
IV. ATIVIDADES DE ASSESSORIA E MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES	12
V. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES	14
VI. RESULTADO DO MAPEAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES	16
VII. AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	21
VIII. ANEXOS	23

I. APRESENTAÇÃO

O presente relatório sistematiza as atividades de desenvolvimento do *Produto 2: Assessoria na Implantação dos Conselhos dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia*, executado no período de agosto de 2009 a outubro de 2010.

Este produto está previsto na Meta I – Subprojeto I – **Desenvolvimento de Metodologia de Implementação, assessoria e formação de conselheiros de centros estaduais e territoriais de educação profissional** do Plano de Trabalho que integra o Convênio nº 524/2008, celebrado entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Educação.

O Subprojeto I tem como finalidade contribuir para a construção de espaços de participação da sociedade civil (trabalhadores, sociedade civil, empresários e comunidade escolar) nas decisões referentes à educação profissional do estado da Bahia. Para isso, o DIEESE propõe, através deste subprojeto, o desenvolvimento de uma concepção e uma metodologia para implementação de Conselhos nos Centros Territoriais e Estaduais de Educação Profissional no estado da Bahia. Além disso, propõe realizar assessoria na implantação, acompanhamento dos conselhos e a capacitação dos Conselheiros de Educação Profissional.

Na Introdução é apresentado de forma sucinta o Plano de Educação Profissional, a instituição dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional e do Conselho Escolar dos Centros e o contexto em que estes são constituídos. Em seguida é abordada a estratégia desenvolvida e aplicada para a implantação dos Conselhos Escolares dos Centros de Educação Profissional, aqui também é tratada a composição e o contexto que definirão a estratégia de assessoria a ser adotada para a implantação dos Conselhos. No tópico 4 deste relatório estão sistematizadas e descritas as atividades que compuseram a assessoria da implantação dos conselhos, para em seguida detalhar o Cronograma dessas atividades. No tópico 6 apresentamos o resultado da atividade de Mapeamento da Implantação dos Conselhos Escolares, onde é observado, a partir do cadastro de conselheiros, algumas características da implantação dos conselhos. Por fim são tecidas algumas considerações e sugeridas algumas alternativas para a continuidade deste processo.

II. INTRODUÇÃO

Ao definir a Educação Profissional como uma política pública prioritária de Estado, o Governo do Estado vem implementando, desde 2008, o Plano de Educação Profissional da Bahia. O Plano é direcionado aos jovens, trabalhadores/as e alunos/as egressos da Escola Pública, promovendo a elevação da escolaridade e a inserção cidadã no mundo do trabalho.

O Plano tem o objetivo de implantar as bases de uma política pública de Estado para a Educação Profissional na Bahia, vinculada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos territórios e cadeias produtivas. Serve de base para articular as ações públicas e privadas de Educação Profissional no Estado e estabelecer o marco regulatório, o modelo de gestão e os recursos para a Educação Profissional.

O Plano de Educação Profissional da Bahia foi construído a partir do envolvimento e diálogo com diferentes atores sociais, que contribuíram com a elaboração do Plano Plurianual Participativo (PPA 2008-2011), elaborando um profundo diagnóstico das demandas socioeconômicas e ambientais em todos os territórios baianos, bem como das ocupações e habilitações técnicas e profissionais que melhor atendem às necessidades locais e territoriais.

Com a criação da SUPROF, estruturas ociosas existentes na rede estadual de educação foram aproveitadas e recursos federais (Programa Brasil Profissionalizado) priorizados para a adequação e modernização das unidades escolares, o que inclui reforma e ampliação das unidades, equipagem de laboratórios e montagem do acervo bibliográfico. Neste processo de estruturação da rede de Educação Profissional, unidades escolares foram transformadas em Centros Estaduais e Centros Territoriais, específicos para a Educação Profissional.

Para além do aumento quantitativo de vagas de educação profissional, novos cursos são oferecidos, de eixos tecnológicos voltados a atender as demandas socioeconômicas e ambientais dos territórios. Novos conhecimentos são disseminados e espera-se que os jovens e trabalhadores/as baianos/as tornem-se aptos/as para atender estas demandas dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, adentrando com maior facilidade no mundo do trabalho.

A Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia já oferece 69 cursos de Educação Profissional, abrangendo quase todos os eixos tecnológicos previstos pelo Ministério da Educação (MEC). No início de 2007, a rede oferecia apenas 15 cursos. A oferta foi sendo ampliada e o ano de 2007 terminou com uma oferta de 24 cursos. Em 2008, o número de cursos ofertados subiu para 33, em 2009 passou para 51 e em 2010, a Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia passou a ofertar 69 cursos.

Com vistas a garantir a perenidade da política, através da participação e do controle social, em dezembro de 2008 o governo instituiu os Conselhos Escolares dos Centros de educação profissional.

O objetivo do Conselho Escolar é ampliar e garantir a participação da comunidade na gestão democrática da educação profissional pública visando à qualidade dos cursos ofertados e a sua efetividade social.

O Conselho Escolar é um instrumento de gestão da política formulada para o Plano Estadual de Educação Profissional da Bahia. Foi concebido tomando como referência os Colegiados Escolares – órgão que garante a gestão democrática do ensino nas escolas públicas de Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino – ressignificando-os e ampliando-os com a participação de representantes de setores da sociedade ligados ao mundo do trabalho e ao poder público local.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de caráter democrático e participativo, que tem como função consolidar a gestão democrática das unidades de educação profissional estabelecendo relações de compromisso entre a escola e o mundo do trabalho visando a adequação entre as demandas do território de identidade e a oferta de educação profissional.

O **Decreto nº 11.355 de 04 de dezembro de 2008** dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia e, em seu Artigo 3º institui os Conselhos e sua composição:

[...] Art. 3º - No âmbito de cada Centro de Educação Profissional, a gestão democrática da educação profissional pública realizar-se-á com a criação de um Conselho Escolar com o objetivo de ampliar e garantir a participação da comunidade, visando à qualidade dos cursos ofertados e o fortalecimento do projeto político-pedagógico desenvolvido, assegurada a participação paritária dos segmentos da comunidade escolar e local.

§ 1º - Compõem o segmento da comunidade escolar os representantes indicados no § 1º do art. 3º da Lei Estadual nº 11.043, de 09 de maio de 2008:

I – da direção da escola;

II – dos professores e/ou coordenadores pedagógicos em exercício na unidade escolar;

III – dos estudantes;

IV – dos servidores técnico-administrativos em exercício na escola;

V – dos pais ou responsáveis.

§ 2º - Compõem o segmento da comunidade local entidades representativas:

I – dos trabalhadores, empresários e/ou integrantes da sociedade civil organizada com atuação no campo da educação profissional ofertada;

II – dos municípios e órgãos públicos estaduais.

§ 3º - O Conselho Escolar constitui-se em órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo, avaliativo e mobilizador nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras do Centro de Educação Profissional [...]

Como se pode observar no artigo de Lei acima citado, o Conselho Escolar é formado a partir do colegiado escolar, estrutura essa pré-existente nas unidades de educação. Ou seja, a estrutura que

compõe o conselho tem como seu embrião o próprio colegiado, que fica assim reconfigurado assumindo em seu corpo a participação de representantes ligados ao mundo do trabalho e poder público local.

A **Portaria nº 8.676 de 16 de abril de 2009** dispõe sobre a regulamentação da estrutura administrativa dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, definindo três vice-diretorias para assessorar o diretor, entre outras atribuições: o Vice-Diretor Administrativo-Financeiro; o Vice-Diretor Técnico-Pedagógico e o Vice-Diretor de Articulação com o Mundo do Trabalho. Este último tem entre suas atribuições: orientar as ações de interação com o mundo do trabalho e articular a relação entre o Centro e os atores sociais dos respectivos Territórios de Identidade.

E, finalmente, a **Portaria nº 8.677 de 16 de abril de 2009** dispõe sobre a transformação de Unidades Escolares Estaduais em Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, e dá outras providências.

III.A ESTRATÉGIA DA SUPROF PARA IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

De acordo com o Plano de Trabalho estruturado para o Convênio em questão, foi estabelecido como meta assessorar a implantação de 20 Conselhos, sendo 10 em 2009 e mais 10 em 2010. Ao definir esta meta a estratégia definida pela SUPROF era a implantação progressiva do Conselho Escolar em cada Centro de Educação Profissional através de visitas e reuniões com os gestores dos Centros visando sensibilizá-los e articulá-los para a proposta.

Durante as primeiras reuniões entre as equipes da SUPROF e do DIEESE para definição dos primeiros 10 Centros de Educação Profissional a serem implantados os Conselhos, foi debatido e analisado o desenvolvimento da implantação do Plano de Educação Profissional e percebida a necessidade de uma estratégia mais adequada levando em consideração o estágio no qual se encontrava a estruturação dos Centros e ainda a preparação dos Gestores para tal desafio, tendo em vista que em 2009 já haviam sido criados e iniciavam seu funcionamento mais de 30 Centros de Educação Profissional. Compreendeu-se que a implantação do Conselho Escolar se colocava como mais um desafio, dentre tantos outros, que a transformação das unidades escolares em Centros de Educação Profissional havia colocado aos gestores naquele momento. Dessa forma os gestores exerceram um papel basilar na implantação dos Conselhos, sendo assim, protagonistas para o desenvolvimento e realização da política de educação profissional proposta.

Dessa forma o Curso de Capacitação dos Gestores previsto no Plano de Trabalho se apresentava, dentre outros objetivos, como um forte elemento de preparação dos gestores para o processo de implantação do Conselho Escolar. Assim, partindo desta avaliação a estratégia da SUPROF discutida em conjunto com o DIEESE foi:

- a) Priorizar a Capacitação dos Gestores dos Centros – diretores e vice-diretores de articulação com o mundo do trabalho – para que esta os prepare para a implantação dos Conselhos;
- b) Iniciar o processo de implantação do Conselho Escolar naqueles Centros de Educação Profissional cujos gestores houvessem feito o Curso de Capacitação de Gestores;
- c) Considerar concluído o processo de implantação do Conselho Escolar com a execução das atividades formação dos conselheiros, onde os grupos de conselheiros capacitados em cada Centro possam assumir o papel de mobilizadores sociais e de co-responsáveis pela consolidação dos Conselhos Escolares. Trata-se assim da implantação do Conselho e de sua consolidação;

Assim fez parte da metodologia deste processo a constante avaliação dos encaminhamentos a serem tomados, entendendo a necessidade de observar os estágios de envolvimento dos atores participantes do processo.

Em decorrência desta estratégia o processo de implantação do Conselho Escolar se iniciou após a capacitação dos gestores, impactando assim o cronograma e a estratégia de execução do *Produto 02: Assessoria na Implantação dos Conselhos dos Centros Estaduais e Territoriais da EP da Bahia* e do *Produto 03: Desenvolvimento e Concepção de Curso de Formação dos Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais da EP da Bahia* ambos os produtos integrantes do Subprojeto I.

Em relação ao cronograma das atividades de assessoria à implantação dos Conselhos Escolares nos Centros de Educação Profissional, estas se iniciam em agosto de 2009 com a realização do Curso de Gestores para a primeira turma e são finalizadas com o mapeamento finalizado em outubro de 2010, que consolida o perfil do Conselho e dos Conselheiros dos Centros de Educação Profissional da Bahia que foram implantados neste processo. Muito embora as reuniões prévias realizadas entre a equipe da SUPROF e do DIEESE, que definiu a estratégia de implantação do Conselho Escolar, assim como a preparação das atividades para o Curso de gestores e a revisão bibliográfica e de normativas acerca da Educação Profissional, possam ser consideradas como sendo parte do processo de assessoria à implantação dos Conselhos, considera-se que esta é iniciada quando da realização do primeiro curso para os Gestores dos Centros de Educação Profissional.

IV. ATIVIDADES DE ASSESSORIA À IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A assessoria prestada pelo DIEESE na implantação dos Conselhos dos Centros Territoriais de Educação Profissional foi desenvolvida visando construir um conjunto de insumos, orientações e monitoramento deste processo visando subsidiar tanto a equipe de gestores da SUPROF quanto os Gestores dos Centros de Educação Profissional responsáveis pela implantação dos Conselhos. As atividades desenvolvidas durante este processo iniciado em agosto de 2009 e concluído em outubro de 2010 podem ser sistematizadas de acordo com sua natureza em:

- 1. Revisão bibliográfica:** Leitura e sistematização das normativas e da bibliografia pertinentes ao Colegiado, ao Conselho Escolar e à Educação Profissional da Bahia;
- 2. Reuniões com a equipe SUPROF:** Reuniões entre as equipes da SUPROF e do DIEESE a fim de traçar a estratégia mais adequada para a implantação dos Conselhos nos Centros, visto que muitos Centros já estavam em atividade;
- 3. Cadastro dos Centros:** Elaboração de Cadastro dos Centros de educação profissional da Bahia;
- 4. Banco de dados relativo aos Centros de Educação Profissional:** O banco de dados foi montado a partir do recolhimento de informações junto aos gestores, gerando assim uma planilha de informações acerca da implantação dos Conselhos;
- 5. Reuniões com as equipes da SUPROF:** Reuniões com as equipes da SUPROF (DIREPI e DIRDEP) para definir encaminhamentos para o curso de gestores e os dos conselheiros;
- 6. Elaboração da estratégia de implantação:** Desenvolvimento da atividade de construção do Plano de Trabalho de Implantação dos Conselhos Escolares, realizado no Curso de Gestores, esta atividade também levou em consideração a necessidade de mobilização dos Vice-diretores de Articulação com o Mundo do Trabalho;
- 7. Gravação e produção do DVD:** a partir da palestra proferida pelo professor Almerico Biondi, foi produzido um DVD sobre o Controle e Participação Social no Plano de Educação Profissional da Bahia;
- 8. Assessoria à elaboração do Plano de Trabalho:** Acompanhamento e Assessoria na elaboração do plano de trabalho onde os gestores deveriam construir um plano de trabalho para a implantação do Conselho Escolar do Centro;
- 9. Assessoria à Implantação dos Conselhos Escolares:** Acompanhamento e monitoramento das demandas colocadas pelos gestores através de telefonemas, e-mails, assim como a realização de reuniões presenciais e vistas a Centros específicos;

- 10. Elaboração da atividade Intermódulo do Curso de Conselheiros:** Elaboração de atividade a ser desenvolvida durante o Curso de Conselheiros – Turma 1 onde os participantes deveriam, entre outros objetivos, levantar os atores sociais, desafios e demandas relacionadas a ação do Conselho Escolar;
- 11. Monitoramento da Atividade Intermódulos:** Assessoria, monitoramento e recebimento da execução das produções relacionadas à atividade Intermódulos do Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional;
- 12. Mapeamento final de implantação dos Conselhos Escolares:** Esta atividade é resultado do constante acompanhamento da implantação dos Conselhos. Constituiu-se na elaboração de uma ficha cadastral¹ enviada aos gestores para recolher informações sobre a composição do Conselho e posterior consolidação das informações em planilha de dados, gerando ao final um quadro com a distribuição por segmento e o estágio de implantação dos Conselhos de Educação Profissional;

Nos meses que se seguiram a formação de conselheiros demos continuidade as ações de monitoramento e acompanhamento da implantação dos Conselhos Escolares. Elaboramos a ficha cadastral do Conselho e o **Cadastro de Conselheiros dos Centros de EP da Bahia**, que enviamos em anexo a este relatório. Foi solicitado aos vice-diretores de articulação com o mundo do trabalho que se responsabilizem por enviar, periodicamente, as informações para manter o banco de dados atualizado.

¹ Ver Anexo 01

V. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Quadro 01. Cronograma de realização das atividades de Assessoria à Implantação dos Conselhos Escolares dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES		2009												2010											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.	Revisão bibliográfica: Leitura e sistematização das normativas e da bibliografia pertinentes ao Colegiado, ao Conselho Escolar e à Educação Profissional da Bahia;																								
2.	Reuniões com a equipe SUPROF: Reuniões entre as equipes da SUPROF e do DIEESE para discussão a fim de traçar a estratégia mais adequada para a implantação dos Conselhos nos Centros, visto que muitos Centros já estavam em atividade;																								
3.	Cadastro dos Centros: Elaboração de Cadastro dos Conselheiros dos Centros de educação profissional da Bahia;																								
4.	Banco de dados relativo aos Centros de Educação Profissional: O banco de dados foi montado a partir do recolhimento de informações junto aos gestores, gerando assim uma planilha de informações acerca da implantação dos Conselhos;																								
5.	Reunião com a equipe SUPROF: Reunião com equipe SUPROF (DIREPI e DIRDEP) para definir encaminhamentos para o curso de gestores e os dos conselheiros																								
6.	Elaboração da estratégia de implantação: Desenvolvimento da atividade de construção do Plano de Trabalho de Implantação dos Conselhos Escolares, realizado no Curso de Gestores;																								
7.	Gravação e produção do DVD: a partir da palestra proferida pelo professor Almerico Biondi, foi produzido um DVD sobre o Controle e Participação Social no Plano de Educação Profissional da Bahia.																								
8.	Assessoria à elaboração do Plano de Trabalho: Acompanhamento e Assessoria na elaboração do plano de trabalho onde os gestores deveriam construir um plano de trabalho para a																								

Quadro 01. Cronograma de realização das atividades de Assessoria à Implantação dos Conselhos Escolares dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	2009												2010											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
implantação do Conselho Escolar do Centro;																								
9. Assessoria à Implantação dos Conselhos Escolares: Acompanhamento e monitoramento das demandas colocadas pelos gestores através de telefonemas, e-mails, assim como a realização de reuniões presenciais e vistas a Centros específicos																								
10. Elaboração da atividade Intermodulo do Curso de Conselheiros: Elaboração de atividade a ser desenvolvida durante o Curso de Conselheiros – Turma 1 onde os participantes deveriam, entre outros objetivos, levantar os atores sociais, desafios e demandas relacionados a ação do Conselho Escolar																								
11. Monitoramento da Atividade Intermodulos: Assessoria, monitoramento e recebimento da execução das produções relacionadas a atividade Intermódulos do Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional;																								
12. Mapeamento final de implantação dos Conselhos Escolares: Esta atividade é resultado do constante acompanhamento da implantação dos Conselhos, gerando ao final um quadro com a distribuição por segmento e o estágio de implantação dos Conselhos de Educação Profissional;																								

VI. RESULTADO DO MAPEAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

O Cadastro de Conselheiros dos Centros de Educação Profissional da Bahia foi elaborado como uma ferramenta de acompanhamento, análise e assessoria à implantação dos Conselhos Escolares, e contou contando com o cadastramento de 30 Conselhos Escolares. Para a sua construção foi desenvolvida inicialmente uma ficha cadastral que foi enviada e preenchida pelo gestor responsável do Centro, onde este informava os conselheiros participantes, o segmento que este representava no conselho e a entidade a que pertencia. Após o retorno as informações foram sistematizadas, criando banco de dados compondo assim uma ferramenta de análise e monitoramento da implantação dos conselhos.

O cadastro obteve um retorno de 30 Centros, em num universo inicial de 35, sendo composto pelos participantes da capacitação de gestores e da formação de conselheiros, configura assim 86% dos centros. Observando que a composição do colegiado escolar soma 14 membros e que a proposta de composição para os Conselhos Escolares eleva o número a 27 conselheiros, temos os seguintes resultados quantitativos:

- 09 Centros completaram os 27 conselheiros nos seus Conselhos Escolares;
- 04 Centros contam com 26 conselheiros;
- 22 Centros contam com **pelo menos 01 representante de cada segmento** ligado ao mundo do trabalho ou ao poder local, e têm, no mínimo, 17 membros;
- 26 Centros ampliaram **em pelo menos 02 membros** dos segmentos do mundo do trabalho e/ou do poder público local em relação ao antigo colegiado;

Abaixo seguem algumas tabulações construídas a partir do Cadastro:

Tabela 01. Número de conselheiros escolares por segmento

Segmento	(Em nº absolutos)
Alunos	86
Comunidade Local	64
Empresários	60
Família	78
Funcionários	71
Gestores	83
Poder Público Local	61
Professores	86
Trabalhadores	56

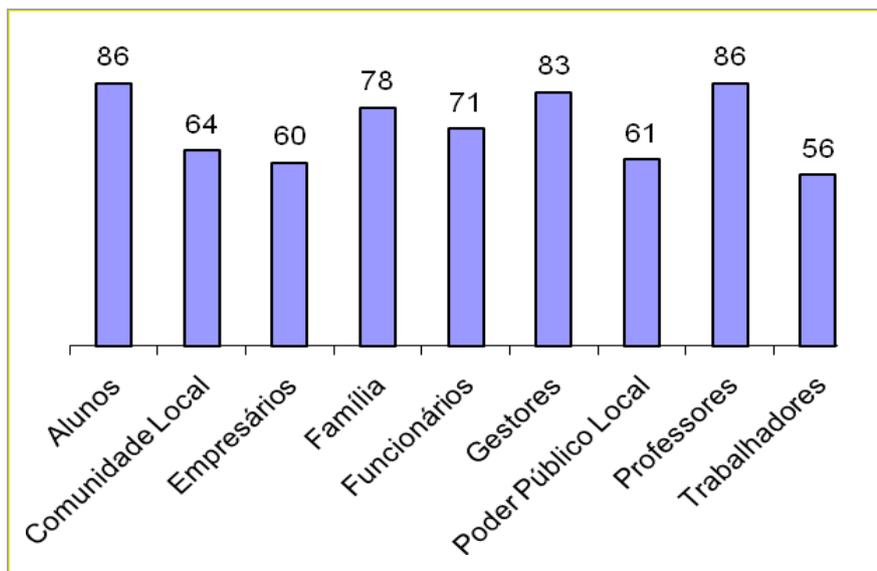
Tabela 01. Número de conselheiros escolares por segmento

(Em nº absolutos)

Segmento	Total
Total geral	645

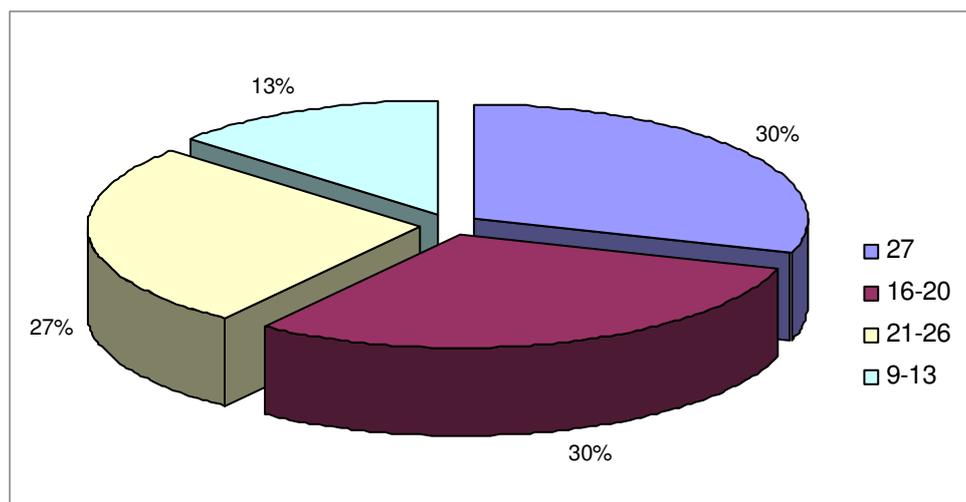
Fonte: DIEESE – Cadastro de conselheiros dos Centros de Educação Profissional da Bahia

Gráfico 01. Número de conselheiros escolares por segmento (Em nº absolutos)



Fonte: DIEESE – Cadastro de conselheiros dos Centros de Educação Profissional da Bahia

Gráfico 02. Distribuição dos conselhos por número de conselheiros



Fonte: DIEESE – Cadastro de conselheiros dos Centros de Educação Profissional da Bahia

Quadro 02. Distribuição dos conselheiros por segmento e pro Centro de EP

Centro de EP		Alunos	Comunidade Local	Empresários	Família	Funcionários	Gestores	Poder Público Local	Professores	Trabalhadores	Total geral
1.	CEEP do Semiárido	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
2.	CEEP Logística, Transp. E Prod. Ind.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
3.	CETEP Bacia do Paramirim	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
4.	CETEP da Bacia do Rio Corrente	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
5.	CETEP de Itapetinga	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
6.	CETEP do Piemonte Norte do Itapicuru	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
7.	CETEP do Semiárido Ne II	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
8.	CETEP do Sertão Produtivo	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
9.	CETEP do Velho Chico	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
10.	CEEP em Biotecnologia e Saúde	3	3	3	2	3	3	3	3	3	26
11.	CETEP da Bacia do Jacuípe	3	3	2	3	3	3	3	3	3	26

Quadro 02. Distribuição dos conselheiros por segmento e pro Centro de EP

Centro de EP		Alunos	Comunidade Local	Empresários	Família	Funcionários	Gestores	Poder Público Local	Professores	Trabalhadores	Total geral
12.	CETEP do Piemonte da Diamantina	3	3	3	3	3	2	3	3	3	26
13.	CETEP Sertão do São Francisco	3	3	3	2	3	3	3	3	3	26
14.	CEEP Logística e Transporte Luiz Pinto de Carvalho	3	3	2	3	3	3	3	3	1	24
15.	CETEP do Baixo Sul	3	3	4	3		2	2	3	3	23
16.	CETEP Médio Rio das Contas	3	2	3	3		3	3	3	3	23
17.	CETEP do Piemonte do Paraguaçu II	3	2	2	3	3	3	1	3	1	21
18.	CETEP Piemonte do Paraguaçu I	3	2	3	3	3	2	1	3		20
19.	CETEP de Vitória da Conquista	3	3	1	3	3	3		3		19
20.	CETEP do Litoral Sul	3	1	1	3	1	3	3	3	1	19
21.	CETEP de Itaparica	3	2	1	2		3	2	3	2	18
22.	CETEP do Agreste de Alagoinhas	2	1	1	3	2	3	3	2	1	18

Quadro 02. Distribuição dos conselheiros por segmento e pro Centro de EP

Centro de EP		Alunos	Comunidade Local	Empresários	Família	Funcionários	Gestores	Poder Público Local	Professores	Trabalhadores	Total geral
23.	CETEP do Recôncavo	3	2	1	3	1	2	1	3	2	18
24.	CETEP do Sisal	3		1	2	3	3	1	3	1	17
25.	CEEP em Saúde Anísio Teixeira	3	2	1		3	4		3		16
26.	CETEP Portal do Sertão	2	1	1	2	2	2	2	2	2	16
27.	CEEP em Gestão Severino Vieira	3			2	3	2		3		13
28.	CEEP da Bahia	3	1			3	2		3		12
29.	CETEP do Vale do Jiquiriçá	3			3		3		3		12
30.	CETEP da Chapada Diamantina	1			3	2	2		1		9
Total geral		86	64	60	78	71	83	61	86	56	645

Fonte: DIEESE – Cadastro de conselheiros dos Centros de Educação Profissional da Bahia

VII. AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

O processo de assessoria à implantação dos Conselhos Escolares se mostrou como um momento riquíssimo de observação, onde pudemos identificar desafios encontrados pelos diversos atores responsáveis e envolvidos nesse processo, destacando os gestores, mas também os próprios conselheiros. Buscamos sistematizar abaixo algumas desses elementos e desafios observados no decorrer do processo de assessoria:

1. A execução do Plano de Educação Profissional promoveu transformações profundas na realidade educacional do estado no que tange à: ampliação e reforma da rede física das unidades escolares, elevação do número de matrículas, oferta de novos cursos, avanços na concepção de educação e no projeto político-pedagógico dos cursos, contratação de professores etc. Como decorrência, os gestores - diretores e vice-diretores – tiveram que se desdobrar e executar diversas ações, de diversas ordens e em curto espaço de tempo, para tornar real o que foi projetado. Junta-se a essas modificações e tarefas a implantação dos Conselhos Escolares, onde o maior desafio se deu na composição da representação do mundo do trabalho e do poder público, atores que estavam em certa medida afastados do cotidiano do mundo escolar. É interessante notar que os gestores da escola, em sua maioria, vivem mais cotidianamente com o mundo da escola, não havendo assim uma maior interface com atores que compõe mais especificamente o mundo do trabalho, como empresários ou empregadores, os sindicatos de trabalhadores ou com o poder público de sua localidade. No momento da ampliação do colegiado escolar e a implantação dos Conselhos Escolares os gestores escolares expandiram sua capacidade de mobilização e a articulação e conseguiram implantar os Conselhos Escolares.
2. E, por outro lado, os atores sociais – trabalhadores, empresários e o poder público local – não atuam cotidianamente na escola. Para estes conselheiros esta aproximação também é muito nova e desafiadora.
3. Para os demais segmentos – pais, alunos, funcionários e professores – que já estavam habituados ao colegiado escolar, também a implantação dos Conselhos apareceu como um novo desafio.
4. Na análise do Cadastro de Conselheiros dos Centros de Educação Profissional da Bahia, observamos que, uma das dificuldades que previamente havia sido apontada pelos gestores durante todo o processo de assessoria a implantação dos Conselhos, era o número elevado de membros para a constituição do conselho: 27 membros, pois mostrava-se um número de alta dificuldade de mobilização. Como apontado acima, dos 30 Conselhos cadastrados apenas 09 (30%) atingiram a quantidade de membros proposta. Entre algumas causas para essa dificuldade se destacam: as grandes distâncias entre municípios do território de identidade e o município sede da escola, a não existência de uma ajuda de custo para transporte, alimentação e, em alguns casos, hospedagem do conselheiro.

5. E finalmente, verificou-se pouca articulação entre as DIRECs e os gestores dos Centros de educação profissional, no que tange a atuação e reconhecimento do Conselho Escolar.

Pelo exposto acima tecemos as seguintes considerações:

1. A implantação dos conselhos é um processo recente que ainda tem muito a amadurecer. Sugerimos a continuidade de realização de atividades de formação com os conselheiros participantes deste processo, com o objetivo da troca de experiências, avaliação dos Planos de implantação dos conselhos e reelaboração e construção de propostas de superação das dificuldades enfrentadas;
2. Dar continuidade ao processo de formação de novos conselheiros;
3. Criar um processo sistemático de acompanhamento e assessoria aos Conselhos e atualização permanente do Cadastro de Conselheiros dos Centros de educação profissional do estado da Bahia, sob responsabilidade da SUPROF;
4. A promoção, por parte da SUPROF, de uma maior articulação entre os poderes públicos municipais e estaduais com os gestores dos Conselhos Escolares.

VIII. ANEXOS**Ficha Cadastral dos Conselheiros Escolares****1. CENTRO DE EP (Territorial ou Estadual):****2. Nome do VAMT:**

Segmento		Nome do Conselheiro	Entidade que representa	Fone	E-Mail
Gestores	1				
	2				
	3				
Família	1				
	2				
	3				
Professores	1				
	2				
	3				
Funcionários	1				
	2				
	3				
Alunos	1				
	2				
	3				
Comunidade Local	1				
	2				
	3				
Trabalhadores	1				
	2				
	3				
Empresários	1				
	2				
	3				
Poder Público Local	1				
	2				
	3				

Data da atualização: ___/___/____

Datas (ou periodicidade) das próximas reuniões do Conselho: ___/___/___

Observações: